

BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES
PARA A POLÍTICA
CLIMÁTICA E DE MEIO
AMBIENTE NO BRASIL

ANÁLISE MENSAL

JANEIRO 2022



**política
por inteiro**

ENCHENTES NO SUL DA BAHIA
FOTO: MANU DIAS/GOVBA

Índice

1. Executivo ›
2. Legislativo ›
3. Judiciário ›
4. Amazônia ›
5. Conjuntura ›
6. Tendências ›

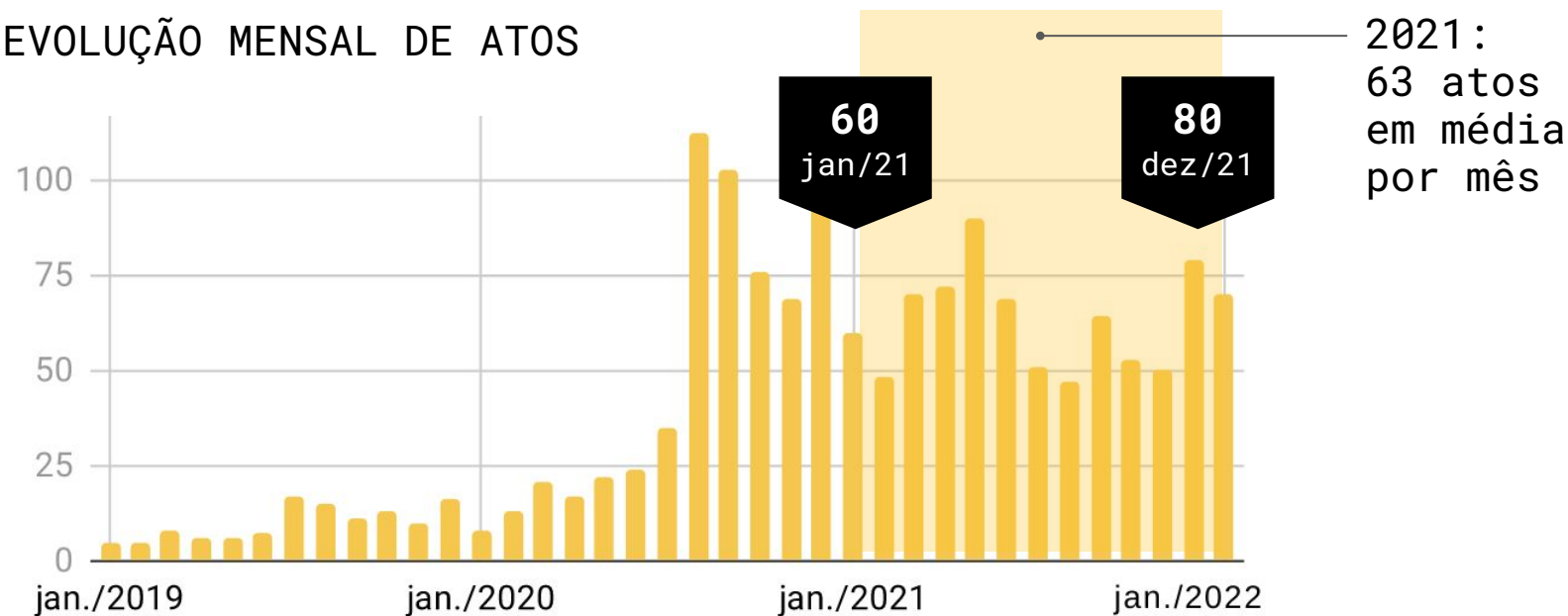
PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

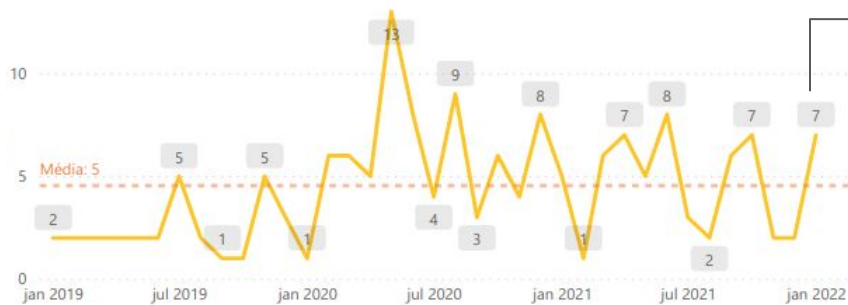
FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

Em janeiro, o Monitor de Atos Públicos captou **70 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no Diário Oficial da União.

EVOLUÇÃO MENSAL DE ATOS



NÚMERO MENSAL DE DECRETOS PRESIDENCIAIS

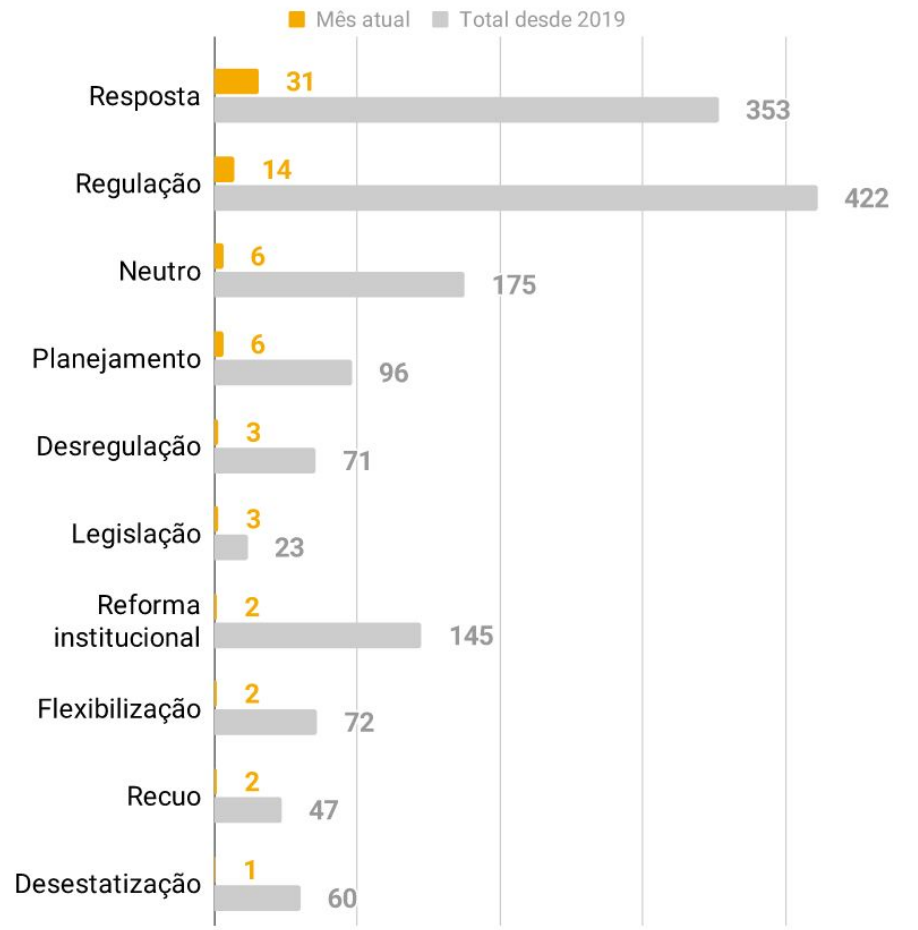


Tendência de alta

- Em comparação a dezembro (80 atos), em janeiro tivemos 10 normas a menos - o último mês do ano costuma ser mais movimentado.
- Comparado ao janeiro anterior (60 atos) e à média de atos de 2021 (63), seguimos uma tendência de alta, **relacionada ao número recorde de desastres de Janeiro.**
- Houve 7 decretos, normas superiores entre os atos infralegais. Em todo o ano de 2021, foram 54, sendo mais volumosos a partir de maio. Normas presidenciais, eles ordenam normas subsequentes em toda a administração. Esse aumento sinaliza que o Planalto está dando novas diretrizes às políticas.

ATOS DE JANEIRO POR CLASSE

- Predominaram os atos de Resposta (32), em função dos reconhecimentos de emergência, e de Regulação (14).
- Notamos ainda que as reformas institucionais, volumosas no passado, estão em baixa, como esperado em último ano de governo.



EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

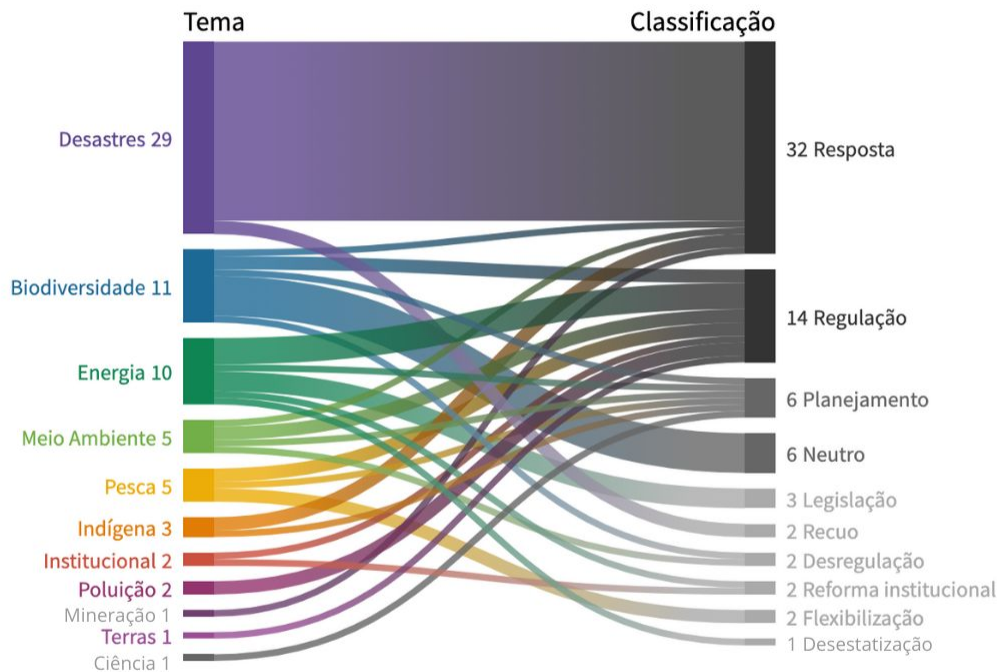
JAN
2022

Tema	Ano 2020												Total anual	2021												Total anual	Total anual	Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12				
Desastres								2	9	10	10	18	49	12	10	18	16	21	14	14	16	9	17	16	17	180	29	29	258
Institucional		1		1			1	4	18	17	23	24	89	8	13	12	16	25	8	11	8	15	4	9	5	134	3	3	226
Energia				3	4	2	6	6	17	5	5	13	61	7	3	4	5	13	10	6	8	9	2	3	10	80	10	10	151
Biodiversidade		1		2	2		3	16	1	8	10	7	50	3	3	5	8	12	6	2	1	11	8	4	11	74	11	11	135
Meio Ambiente	5	3	6		5	7	6	17	18	7	3	6	83	2	1	3	3	4	1		2		1	1	3	21	3	3	107
Pesca	3	1	9	5	2	3		3	2	1	4	8	41	5			3	4	8	6	3	4	3	2	5	43	5	5	89
Amazônia		2	2	3	4	5	3	4	1	8	6	2	40	6	2	3	7		3	5		3	1	1		31			71
Agricultura		1	1		2	1	2	4	4		1		16	3	5	4	3		2		1	1	5	3	4	31			47
Marinho		2						26	1	3	2	2	36	1	1	2	1	1	2			2				10			46
Terras		1	1	1			1	1	1	5		3	14	1	3	5	1	2	3	2		1	3	2	2	25	1	1	40
Indígena				1						3	2	1	7	1	2	1	4	4	2	2		2	3	2	4	27	4	4	38
Mineração					4	2	3	4		1	3		17	4	1	4	1	3	3		1			3		20	1	1	38
Mudança do clima			1				3		2	2	2	1	11	1		2	3			2		3	2	5	5	23			34
Águas							3	3	7	1		1	15			5			3	1	2	1	2		1	15			30
Ciência								11	9	2		2	24		1						2				1	4	1	1	29
Florestas		1			2	1	3	7	1	1		1	17	1		1				1		1	2	1	4	11			28
Poluição									3	1			4				1				2	1	1	1	4	10	2	2	16
Transporte			1			1		1	3	1		1	8	2	1	1	1			1	1	1				8			16
Antártica							4						4	1					2			1				4			8
Turismo					1				2				3	2	2											4			7
Cidades				1			2				1	1	5																5
Quilombolas																			2					1	3				3
Total mensal	8	13	21	17	22	24	35	112	103	76	69	94	594	60	48	70	72	90	69	53	47	65	54	50	80	758	70	70	1,422

Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

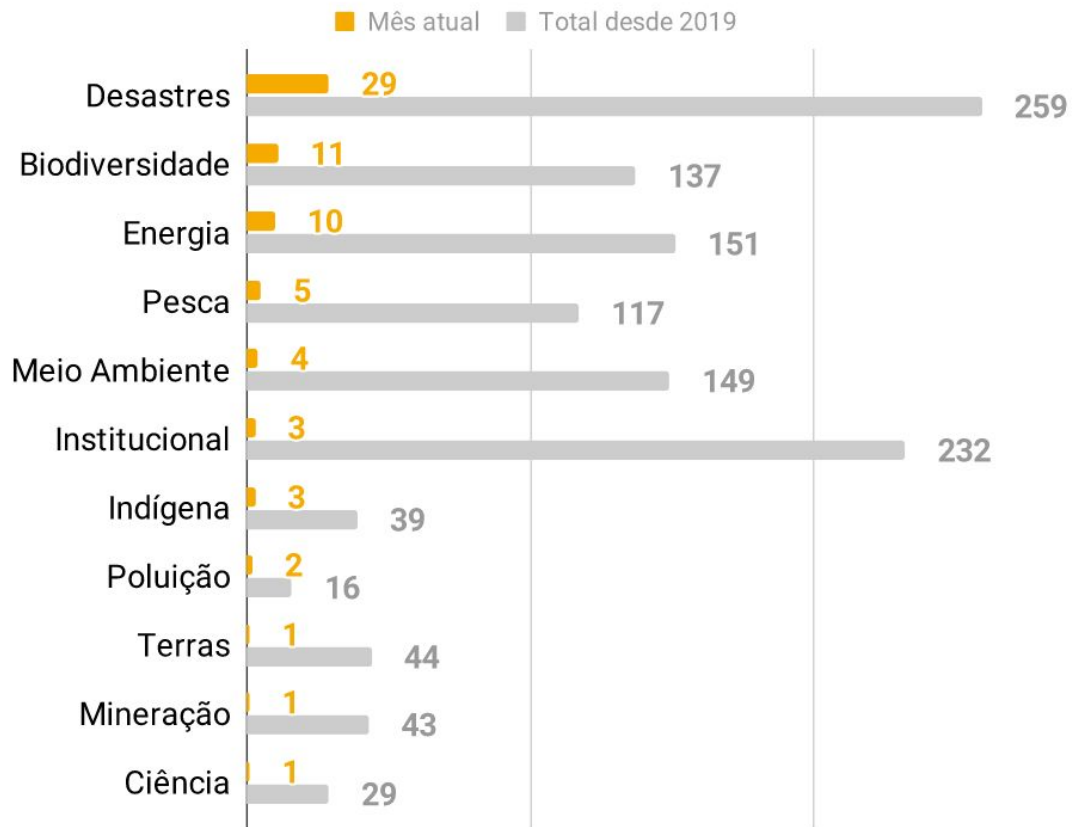
1. **Desastres:** as tempestades e fortes chuvas na Bahia em dezembro e em Minas Gerais em janeiro, e a estiagem no Sul do país se refletiram no recorde de municípios em emergência em uma semana e em um mês desde jan/2019.
2. **Biodiversidade:** a maior parte foi de aprovações de regimentos internos de parques, que consideramos atos Neutros por seu caráter ordinário. Registramos.
3. **Energia:** entre os atos, três leis e três decretos, evidenciando a articulação entre Legislativo e Executivo com foco no tema. A prioridade da agenda energética tem sido observada desde 2021.



Classes mais frequentes do mês

- **Resposta:** Desastres; Prorrogação da FNSP em apoio a FUNAI, ICMBIO e IBAMA; Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas.
 - **Regulação:** Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC; Consulta Pública para proposta de Diretrizes para a Consideração de Benefícios Ambientais no Setor Elétrico; Plataforma de Anuência Única do Brasil – Plataforma PAU-Brasil.
 - **Neutro:** Aprovação dos regimentos internos dos Núcleos de Gestão Integrada do ICMBIO.
 - **Planejamento:** Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável/MMA; Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial – Proepet.
- **Flexibilização:** Prorrogação das Autorizações de Pesca.
 - **Desregulação:** Altera as normas de proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

ATOS DE JANEIRO POR TEMA



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Energia

LEI Nº 14.299, DE 5 DE JANEIRO DE 2022

– **Legislação (sanção presidencial)**

Aprovada em 2021 no Congresso, a proposta de 2019 tratava originalmente da subvenção econômica às concessionárias de distribuição de energia elétrica de pequeno porte, mas acabou criando também o Programa de Transição Energética Justa (TEJ) para a região carbonífera do Estado de Santa Catarina, obrigando a contratação das térmicas e gerando custo anual de R\$ 840 milhões aos consumidores do país.

[Análise completa no blog.](#)

DECRETO Nº 10.946, DE 25 DE JANEIRO

DE 2022 - **Regulação**

O decreto regula a cessão de espaços físicos e aproveitamento de recursos naturais para eólicas offshore. A norma era aguardada pelo setor para retirar os riscos regulatórios e jurídicos da modalidade. Um dos pontos importantes do decreto é a confirmação de que o Ministério de Minas e Energia (MME) também poderá ceder essas áreas, não somente a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Economia.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Indígena

PORTARIA FUNAI Nº 466, DE 19 DE JANEIRO DE 2022 – Planejamento

A Funai criou o Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial (Proepet). A primeira fase prevê seleção de servidores. Será criado o Manual de Procedimentos Operacionais do Proepet. Não há clareza sobre o objetivo do programa para além da própria atribuição da Funai. Tendo vista a atuação do órgão nos últimos três anos, é necessário um acompanhamento minucioso da edição desse manual e das operações especiais.

DECRETO Nº 10.931, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Resposta

O Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas foi instituído quase dois anos após o início da pandemia. As respostas do governo federal no enfrentamento à disseminação da doença nas comunidades indígenas ocorreu sob pressão de decisões do STF, onde corre a ADPF 709, desde julho de 2020.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Meio ambiente

DECRETO Nº 10.935, DE 12 DE JANEIRO DE 2022 – **Desregulação**

Altera o regramento sobre a proteção das cavernas. Entre as mudanças, tornou possível licenciar empreendimentos que provoquem danos irreversíveis nas chamadas cavidades subterrâneas de relevância máxima. O decreto foi contestado na Justiça e o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar suspendendo alguns de seus artigos (leia mais na seção Judiciário). [Análise](#) da POLÍTICA POR INTEIRO comparou a norma com o regramento anterior e apontou as articulações que levaram à sua edição.

PORTARIA MMA Nº 17, DE 27 DE JANEIRO DE 2022 - **Planejamento**

Disciplina a gestão e os processos internos para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Confira mais detalhes sobre o porquê isso é relevante na seção de “Conjunturas”, a seguir.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Biodiversidade

PORTARIA Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2022–

Regulação

Institui a Plataforma de Anuência Única do Brasil – Plataforma PAU-Brasil, controlada pelo IBAMA. Ela será a ferramenta de gestão e anuência das solicitações de importação e exportação de espécimes, produtos e subprodutos da fauna, da pesca e da flora nativas. No caso de inoperância por questões técnicas, a decisão será de atribuição do Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas. Esse sistema já vinha sendo gestado há bastante tempo e pretende unificar as informações, facilitando internamente as permissões. Esperar para ver se vai funcionar bem.

Poluição

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 18 DE JANEIRO DE 2022 – Regulação

O decreto trata do Plano Nacional de Contingência (PNC) para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. A norma parece tentar “corrigir” alguns pontos frágeis do plano anterior, quando existiam, além do Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, dois comitês (o Comitê Executivo e o Comitê de Suporte), que foram extintos pelo Decreto 9.759, de 11/04/2019. No novo decreto é mantido o GAA, e os dois comitês dão lugar a uma “Rede de Atuação Integrada”, que deverá ser composta por quase todos os ministérios da Esplanada, o Gabinete de Segurança Institucional e a Casa Civil. Além disso, mantém a Autoridade Nacional na figura do ministro do Meio Ambiente.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Consultas públicas abertas

PORTARIA Nº 604/GM/MME, DE 20 DE JANEIRO DE 2022 – Energia

Sobre o relatório “Proposta de Diretrizes para a Consideração de Benefícios Ambientais no Setor Elétrico – Lei nº 14.120/2021”

Prazo: até 07/02/2022

PORTARIA Nº 605/GM/MME, DE 21 DE JANEIRO DE 2022 – Energia

Sobre a minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2031 – PDE 2031.

Prazo: até 23/02/2022

PORTARIA Nº 605/GM/MME, DE 21 DE JANEIRO DE 2022 – Biodiversidade

Prorrogação do prazo para contribuições à proposta de normativa sobre o comércio exterior de peixes vivos de águas marinhas, continentais e estuarinas para fins ornamentais e de aquariofilia no que compete ao Ibama

Prazo: até 16/02/2022

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Emprego da Força Nacional

PORTARIA MJSP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2022 – Biodiversidade

Apoio ao ICMBio, com ênfase no combate a desmatamento e incêndios, extração ilegal de minério e madeira, invasão de áreas federais.

Prazo: por mais 180 dias, de 7 de janeiro a 5 de julho de 2022.

PORTARIA MJSP Nº 6, DE 5 DE JANEIRO DE 2022 – Indígena

Na Terra Indígena Serrinha/RS.

Prazo: por 70 dias, de 6 de janeiro a 16 de março de 2022

PORTARIA MJSP Nº 9, DE 13 DE JANEIRO DE 2022 – Meio Ambiente

Apoio ao IBAMA, nas ações de fiscalização e de repressão ao desmatamento ilegal e demais crimes ambientais, e de combate aos incêndios florestais e queimadas, na área que compreende a Amazônia Legal.

Prazo: por mais 1 ano, de 14 de janeiro de 2022 a 13 de janeiro de 2023.



PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

Movimentações no Legislativo

O Congresso Nacional esteve em recesso em janeiro, [voltando às atividades](#) em [2 de fevereiro](#).

Apesar do recesso legislativo, o senador Fabiano Contarato elaborou um [Projeto de Decreto Legislativo \(PDL\)](#) buscando sustar os efeitos do Decreto Federal 10.935/2022, já abordado na seção do “Poder Executivo”, referente à alteração do regramento de proteção das cavernas.

Com o retorno das atividades, a proposta deve receber seu número oficial e espera-se que haja a discussão da matéria no Senado Federal.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Cavernas

Nos tribunais foram propostas ações judiciais acerca do Decreto Federal 10.935/2022, referente à proteção de cavidades naturais subterrâneas. Uma delas foi a ADPF 635, no STF, na qual foi proferida decisão liminar pelo ministro Ricardo Lewandowski, afastando as disposições que possibilitavam impactos negativos irreversíveis em cavernas de grau de relevância máximo, bem como empreendimentos e atividades na área de influência de qualquer cavidade natural.

Duas outras ações sobre o tema (Ação Popular 1001759-30.2022.4.01.3400 e Mandado de Segurança 38387) utilizaram como fundamento de argumentação o [material produzido pela POLÍTICA POR INTEIRO](#).

ADPFs 623, 934 e outras

No STF, foi divulgada a [íntegra da decisão](#) da ministra Rosa Weber no âmbito da [ADPF 623](#), que determinou a suspensão da eficácia do Decreto Federal 9.806/2019. Essa norma havia estabelecido a nova composição do CONAMA.

Também no STF, foi protocolada a [ADPF 934](#), de autoria da Rede Sustentabilidade, sobre a inviabilização do monitoramento do desmate no Cerrado, devido ao não repasse, pelo Governo Federal, de verbas suficientes ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Permanecem sem andamentos relevantes:

- **ADPF 708** - omissão da União ao não adotar providências de índole administrativa para funcionamento do “Fundo Clima”.
- **ADO 59** - omissão da União quanto à adoção de providência para funcionamento do “Fundo Amazônia”.
- **ADPF 760** - atos omissivos e comissivos do Poder Público Federal que estão inviabilizando o combate ao desmatamento na Amazônia Legal e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (“PPCDAm”).



CONJUNTURA

OS PRINCIPAIS FATOS E UM
ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS
EM CURSO

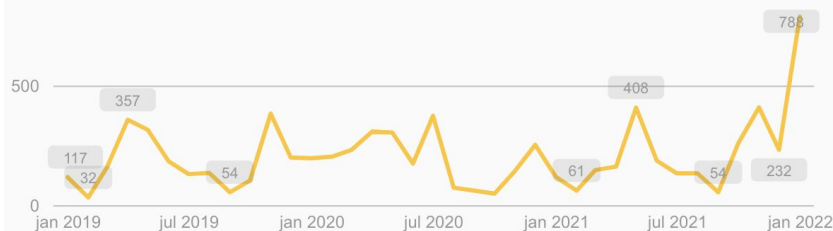
DESTRUIÇÃO POR ENCHENTE EM ITABUNA, BAHIA
FOTO: GABRIEL SCHLICKMANN

Desastres

O mês de janeiro teve o maior número de municípios com situação de emergência reconhecida no Diário Oficial da União desde 2019, início deste levantamento. Todos os dados estão disponíveis no

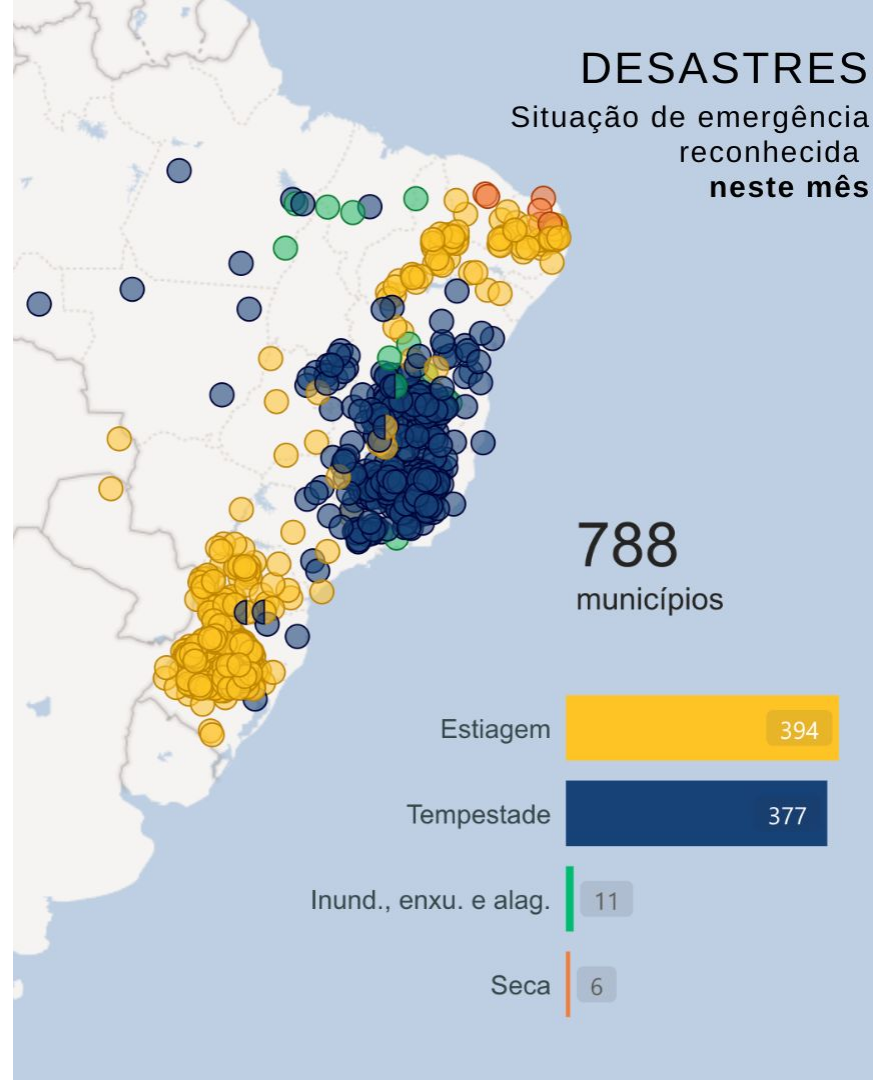
[Monitor de Desastres](#)

SÉRIE HISTÓRICA MENSAL



DESASTRES

Situação de emergência reconhecida neste mês



Desmatamento

A curva de desmatamento na Amazônia segue em ascensão.

De 1º a 21 de janeiro, já foi alcançado o **recorde para o mês na série histórica**, com 360 km² destruídos, segundo o Deter, sistema de alertas do Inpe.

A indicação do Deter é desfavorável: aponta para 2022 como um ano de desmatamento recorde, apesar do sistema não ser indicado para comparação de áreas, por conta da cobertura de nuvens, sobretudo entre novembro e março.

jan. 2016	229 km ²
jan. 2017	58 km ²
jan. 2018	183 km ²
jan. 2019	136 km ²
jan. 2020	284 km ²
jan. 2021	83 km ²
jan. 2022	360km²

CRISES / RETROCESSOS / POLÊMICAS

Mineração

Com as chuvas em Minas Gerais, uma barragem de contenção de água da empresa Vallourec em Nova Lima (Mina Pau Branco) [transbordou](#), atingindo a BR-040. As atividades da mineradora foram interditadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e [suspensas](#) por determinação judicial. A Vallourec foi [multada](#) em mais de R\$288 milhões por danos ambientais.

Foi [determinada](#) também a suspensão de atividades na pilha de estéril Cachoeirinha e no dique Lisa. A Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) recebeu [denúncias de irregularidades](#) envolvendo a empresa.

Orçamento

O Orçamento 2022 foi sancionado com vetos a gastos incluídos pelo Congresso, mantendo, assim, corte de R\$ 35 milhões ao Ministério do Meio Ambiente. Somente para o IBAMA, foram de [R\\$25 milhões](#) a menos (dos quais [R\\$ 8,6 milhões destinados para combate ao desmatamento](#)). Reduções em outras rubricas também afetam a agenda de clima e meio ambiente como o corte de [R\\$102 milhões](#) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para a compra de equipamentos no Estado do Amazonas visando ao apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

Indígenas

Venceu no dia 25 de janeiro a portaria que restringia o uso da terra na Terra Indígena Ituna Itatá, no Pará. A restrição, para “localização, monitoramento e proteção” de índios isolados, havia sido determinada pela primeira vez em 2011 e, desde então, vinha sendo renovada. A Funai emitiu nota três dias depois afirmando que “após mais de dez anos de sucessivas portarias de interdição da área e inúmeras incursões e sobrevoos para verificar a presença de supostos indígenas isolados na região, não foram localizados nem identificados grupos em isolamento no local”.

O [Ministério Público Federal \(MPF\) foi à Justiça](#) pedir que a Ituna Itatá voltasse a ser protegida. Mesmo com a restrição, a região foi a terra indígena mais desmatada do país em 2019, quando as invasões ao território, que já ocorriam, começaram a se agravar. A Funai publicou a [portaria renovando a restrição](#) em 1º de fevereiro. Este ato entrará na próxima análise mensal.

POLÍTICAS EM MARCHA

Fracking

O presidente da República aprovou a [Resolução](#) do CNPE determinando medidas que viabilizem a execução de projeto piloto de Poço Transparente. A técnica, de alto impacto socioambiental, consiste no fraturamento hidráulico para exploração de gás natural e petróleo. O edital deverá ser publicado até 30 de março.

Carvão mineral

A pressão do setor carvoeiro não cessará com a sanção da [Lei 14.299](#), que criou o Programa de Transição Energética Justa (TEJ) para Santa Catarina (leia mais na seção dos principais atos do mês). A indústria pretende replicar a norma federal e outros incentivos obtidos em Santa Catarina para regiões carboníferas de outros Estados.

POLÍTICAS EM MARCHA

Floresta+

Segundo o site oficial do projeto, foi [aberto processo licitatório](#) para selecionar empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação (conteúdo multimídia, assessoria de imprensa, edição de texto, dentre outros).

Houve ainda [apresentação](#) do Floresta+ na Rio Innovation Week, na primeira quinzena do mês.

Por fim, foram abertas [inscrições](#) para a seleção de dois “Agentes de Atendimento Local Floresta+” em Porto Velho/RO, para fins de “suporte aos potenciais beneficiários na regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)” e apoio “em atividades de divulgação da iniciativa”.

EM ENSAIO

Alguém tem notícias?

- Programa de Crescimento Verde, lançado em outubro de 2021
- Adote um Parque, lançado em fevereiro de 2021. Caminhou em um ritmo abaixo da expectativa do governo em 2021. O último termo de adoção foi assinado em dezembro. Não foram divulgados planos de trabalho, com os bens e serviços efetivamente doados para nenhuma unidade de conservação.

NO RADAR - BRASIL

Twitter



Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, *monitorados em parceria com a Folha*, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.

- Anúncio da Petrobras de novo aumento dos combustíveis.
- Sanção presidencial da [BR do Mar](#).
- Transbordamento do dique da mina da Vallourec, em Nova Lima/MG.
- Sanção do Orçamento da União, com vetos na saúde, educação, proteção ambiental.
- Marco de três anos do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho
- Articulação do governo federal a favor da PEC dos combustíveis. Após pressões, o Planalto deve deixar de lado a proposta e cobrar do Congresso uma solução para o elevado preço dos combustíveis.

NO RADAR - BRASIL

Inflação e energia no Brasil

A energia elétrica representou 10,65% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) em 2021 e o gasto mensal com o serviço essencial atingiu uma alta de 114% desde 2015, de acordo com a Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel).

Na média dos três anos deste governo, o impacto inflacionário é 2,01 vezes maior em relação à registrada no período e se deve por diversos fatores, como os encargos do setor com subsídios cruzados e aumento do custo de geração pela entrada de fontes térmicas mais caras.

[Estudo](#) divulgado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) em janeiro aponta que o próximo presidente receberá o país com uma bomba inflacionária por conta do início do repasse para o consumidor dos empréstimos a concessionárias e os contratos de energia mais cara, produzida por combustíveis fósseis.

As três medidas para minimizar esse impacto no bolso do consumidor seriam: (i) limitar as fontes de energia mais caras, que são as fontes fósseis; (ii) estimular a eficiência energética e (iii) tarifação progressiva da energia elétrica, já que o peso da energia para os mais pobres é maior.

NO RADAR - SUBNACIONAL

Santa Catarina

Publicada a Lei 18.350, 27 de janeiro de 2022, que altera o Código Ambiental do estado. Segundo ela, a Polícia Militar Ambiental não pode mais lavrar Auto de Infração Ambiental; as multas ambientais poderão ser pagas em até 24 parcelas, podendo ser aumentada para até 60 parcelas; está dispensada a compensação pelo uso de APP para obras de Utilidade Pública, Interesse Social ou Baixo Impacto Ambiental; é permitida a supressão de árvores isoladas de espécies nativas, ameaçadas ou não de extinção; o material lenhoso resultante da exploração florestal pode ser beneficiado fora da propriedade rural.

AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA SUAS
POLÍTICAS AMBIENTAIS

1

5

3

AMAZ

ACRE

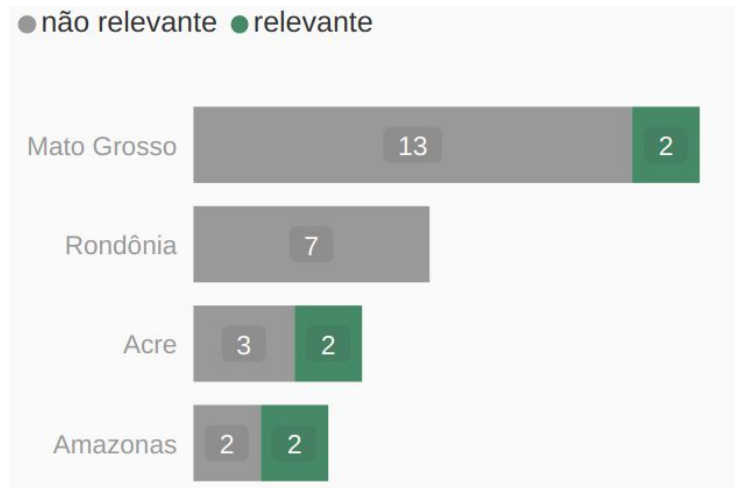
RONDÔNIA

Amazônia por inteiro

Em 2022 inauguramos o Amazônia por Inteiro, um projeto dedicado a monitorar diariamente os poderes Executivo e Legislativo e os dados ambientais de 4 estados da Amazônia Legal: Acre, Mato Grosso, Amazônia e Rondônia.

SÃO CONSIDERADOS **RELEVANTES** AQUELES QUE INCIDEM, DE FORMA POSITIVA OU NEGATIVA, NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NA AGENDA CLIMÁTICA. **IRRELEVANTES** SÃO INICIATIVAS OU ATOS PÚBLICOS QUE, APESAR DE MENCIONAR AS PALAVRAS-CHAVE BUSCADAS POR NOSSOS MONITORES, NÃO PRODUZEM EFEITOS PRÁTICOS.

ATOS DOS EXECUTIVOS ESTADUAIS CAPTADOS EM JANEIRO



Destaques de janeiro

- **LEGISLATIVO:** em recesso
- **EXECUTIVO:**

MATO GROSSO • TEMA: TERRAS

[Lei nº 717/2022](#) - Resultado do PLC-58/2020, a lei publicada em edição extra do DOE acrescenta dispositivos no Código Estadual do Meio Ambiente, autorizando a exploração mineral em Reserva Legal, além de permitir a compensação ou remanejamento da RL para fora da propriedade. Além disso, a exploração da Reserva legal poderá ser realizada também em casos de utilidade pública e interesse social, mediante autorização do órgão competente. Dada a dificuldade de implementação do CAR, a flexibilização do uso da Reserva legal, principalmente para mineração, representa a possibilidade de aumento do desmatamento entre outros impactos socioambientais, em áreas que têm como função principal a conservação da biodiversidade.

RONDÔNIA • TEMA: INSTITUCIONAL

[Lei nº 5.299/ 2022](#) - Sancionada a lei que proíbe que os órgãos ambientais de fiscalização e polícia militar do Estado de Rondônia, inutilizem bens particulares apreendidos nas operações de fiscalizações ambientais no estado. A proposta legislativa foi aprovada em tempo recorde, apresentada e aprovada no mesmo dia.

Como a própria justificativa da proposta argumenta, a nova legislação contraria a norma estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e elege o direito à propriedade individual como prioridade acima da defesa do patrimônio natural. Com aprovação e sanção, as máquinas usadas para prática de infrações legais no estado de Rondônia agora terão de aguardar processo judicial para posterior venda ou podem ainda retornar para o proprietário.

Destaques de janeiro

• EXECUTIVO:

AMAZONAS • TEMA: MUDANÇA DO CLIMA

[Decreto nº 45.114, de 19 de janeiro de 2022](#) -

Formaliza a ampliação das metas que serão executadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, no prazo de até 12 meses. Está prevista a elaboração de plano de ação estadual sobre a mudança climática em conformidade com o objetivo do “Acordo de Paris” em manter o aumento da temperatura a 1,5°C. Outros pontos como Justiça Ambiental, Soluções baseadas na Natureza e Agricultura têm metas específicas. Destaque para a meta de redução das emissões de GEE, incluindo o metano do gado, em pelo menos 30% até 2030.

A Coalizão [UNDER2](#) é uma iniciativa global de Estados subnacionais composta por mais de 200 governos regionais. O aparente comprometimento com a questão climática não se reflete nos números do desmatamento do estado do Amazonas, que segundo dados do Prodes/INPE, em 2021 (ago/2020 a jul/2021), teve 2.063 km² de área desmatada, um aumento de mais de 45% em relação a 2020. Neste mês, já foram quase 40 km² de áreas desmatadas computadas segundo o sistema de avisos do INPE (Deter).

Destaques de janeiro

• JUDICIÁRIO:

PARÁ • **TEMA: INDÍGENAS**

[Divulgada](#) decisão proferida pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) em ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), pela qual foi obtida a nulidade de todas as autorizações para exploração mineral em terras indígenas na região de Tucuruí/PA, bem como que a Agência Nacional de Mineração (ANM) se abstenha de deferir novas autorizações na região das terras indígenas Parakanã e Trocará. Foram consideradas as áreas ainda não demarcadas como terras indígenas.

TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

BRASIL

Governo federal

Prepara-se para a **virada de chave** do modo governo para o modo eleições. Onze ministros - como Tereza Cristina (Agricultura) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) - são pré-candidatos e devem se desincompatibilizar até março. Desta forma, fevereiro e março são uma "reta final" no Executivo para esses políticos e o governo em geral.

No caso da Agricultura, fala-se em deixar legados como um plano de implementação do Código Florestal e uma estratégia de medição e redução de emissões de metano.

Na agenda de mudança do clima, o **Comitê Interministerial de Mudança do Clima** (CIM) deve se reunir em fevereiro, pela primeira vez após a COP26. Ao que consta, deve aprovar a sua proposta de atualização da NDC brasileira e submetê-la à UNFCCC (infelizmente, sem consulta pública).

O número de uma nova meta foi antecipado na COP26: 50%. Resta saber qual a métrica e, logo, qual o impacto. E, claro, se será uma alteração pontual ou uma completa atualização da NDC.

Nossa análise: Leia [aqui](#).

BRASIL

Governo federal

Em relação ao **desmatamento**, é esperado que, dado o número já alarmante em janeiro na Amazônia, o governo anuncie em breve uma operação de comando e controle envolvendo os ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, o Conselho da Amazônia e outras frentes. É uma resposta necessária, principalmente, para os agentes externos.

BRASIL

Congresso Nacional

O início dos trabalhos no Congresso Nacional em fevereiro contemplará eleição das comissões temáticas na Câmara e também forte pressão para desfecho de negociações em torno de pautas caras ao contexto eleitoral, principalmente no Senado.

O Governo de Bolsonaro deve dobrar a aposta nas agendas que buscam redefinir o que se considera legal ou ilegal na pauta ambiental, como regularização fundiária e mineração em Terras Indígenas.

O Senado terá papel crítico nas matérias ambientais e climáticas. Senador Rodrigo Pacheco, presidente da Casa, tem optado por abordagem de consenso, o que desfavorece as pautas antiambientais. Como Pacheco deve concorrer à Presidência, estará mais sensível à exposição pública nos temas.

Congresso Nacional: projetos na pauta

- Licenciamento ambiental (PL 2159/2021): fortes rumores de que deve ser priorizada nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado e ir a Plenário antes das eleições.
- Combustíveis: pressão inflacionária e aumento do preço internacional do petróleo colocam o tema no centro da discussão (e do populismo eleitoral).
- Regularização fundiária (PLs 2633/2020 e 510/2021): fortes rumores de que deve ser priorizada nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado Federal e ir a Plenário antes das eleições (talvez nos próximos meses).
- Mercados de carbono: A deputada Carla Zambelli não protocolou seu parecer de relatora do projeto até o momento; porém, o conteúdo disponibilizado no fim de 2021 indicava forte obstrução à regulação de emissões via mercado. Ainda há chances de que seja votado neste ano. O tema vai se tornar pauta das eleições.
- Meta climática: PL do senador Jaques Wagner aprovado antes da COP26 será apreciado na Câmara. Se aprovado, pode corrigir a NDC brasileira e forçar o atual governo a rever o que planeja propor internacionalmente (50% de redução em 2030, porém sem aumento de ambição)

BRASIL

Eleições

Os principais candidatos à Presidência têm incluído palavras como "desmatamento zero" e "transição para baixo carbono" em seus vocabulários. No entanto, ainda está cedo para avaliar propostas, já que os programas deles apenas começaram a se formar.

Nos próximos meses, destacaremos, mês a mês, os principais sinais dados pelos 5 principais candidatos nas pesquisas eleitorais sobre transição para baixo carbono e ambiente (em janeiro usaremos [pesquisa IPESPE](#), por ser a mais recente).

BRASIL

Eleições

- **Lula** (44% intenção dos votos): defendeu o legado de construção de hidrelétricas de grande porte na Amazônia. Prometeu recriar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), formado na gestão Lula e composto por representantes da sociedade civil para propor políticas públicas.
- **Bolsonaro** (24%): comemorou a sanção do PL 4199/2020, BR do Mar. Defendeu a PEC dos Combustíveis, que autorizaria presidente e governadores a diminuir/zerar impostos sobre combustíveis. Comemorou novos títulos de propriedade emitidos pelo Incra.
- **Moro** (8%): criticou desmonte institucional dos órgãos ambientais e defendeu união entre agricultura e ambiente.
- **Ciro** (8%): defendeu transição para baixo carbono (via reorientação do uso do petróleo e alterações na forma de produzir carnes e outros alimentos), mas não explicitou em qual velocidade se daria e destacou o gás natural como parte desse processo.
- **Doria** (8%): celebrou avanços na agenda ambiental do estado de São Paulo como marca de sua gestão, como a despoluição do Rio Pinheiros. Henrique Meirelles, possível ministro da Economia de Doria, falou em crescimento ambientalmente sustentável, incentivo de ações privadas para acelerar economia de zero carbono, combustíveis verdes, preservação da Amazônia e valor da floresta em pé.

BRASIL & MUNDO

Legislações & comércio livre de desmatamento

Pelo menos 4 grandes parceiros comerciais do Brasil estão sinalizando pela adoção de exigências legais relativas à rastreabilidade do desmatamento em cadeias produtivas: no Reino Unido, já foi aprovada lei e a regulamentação está em curso, responsabilizando até mesmo varejistas cujas prateleiras estiverem "contaminadas".

Na União Europeia, há debate em curso; nos Estados Unidos, um senador democrata do Havaí apresentou uma proposta e na China, há conversas indicando interesse na matéria.

A tendência é a emergência e convergência de padrões de transparência e *due dilligence* (auditoria) das cadeias potencialmente associadas ao desmatamento, com foco em comércio e investimentos.

BRASIL & MUNDO

Legislações & comércio livre de desmatamento

Dada essa pressão, o Brasil terá de reagir, ainda que com atraso. Tal reação é esperada tanto no atual governo quanto nas eleições, quando os candidatos majoritários deverão se posicionar e apresentar plataformas para lidar com isso.

Há algumas iniciativas como:

- O Governo do Pará está avançando com um piloto de "Selo Verde" para carimbar a produção estadual.
- O MAPA deu um sinal positivo recentemente: criou um grupo de trabalho, em janeiro de 2022, para discutir uso do solo e regularização ambiental, incluindo aqui a questão da rastreabilidade.

Até o momento nenhum candidato à Presidência tocou no assunto publicamente.

De maneira geral, falta uma política de rastreabilidade no Brasil. Sem isso, continuaremos sendo pautados – e cada vez mais fortemente – por leis e padrões externos, cuja definição é alheia aos nossos interesses e capacidades.

INTERNACIONAL

Conferências

- As presidências da COP26 (Reino Unido) e do Egito (COP27) se organizam para definir prioridades e desdobrar os acordos e declarações setoriais celebrados em Glasgow - como do carvão e do fim do desmatamento. Como visto na reunião do MEF (abordada acima em Conjuntura), está claro que o metano, a transição do carvão e o fim do desmatamento estão firmes na agenda e devem ganhar contornos ainda mais fortes no calendário diplomático e político deste ano.
- Está brotando a abordagem de "clubes climáticos". Isto é, convergência de padrões e regulações por meio de acordos setoriais entre países. A tendência é que esse arranjo até agora apenas "conceitual" evolua. A nova coalizão que governa a Alemanha tem [defendido](#) a pauta como prioridade internacionalmente.
- A diplomacia ambiental brasileira será cobrada sobre como internalizará os compromissos assumidos e também em relação à agenda da COP27, a despeito do calendário eleitoral interno.
- A diplomacia será cobrada quanto ao posicionamento nas reuniões preparatórias para a COP 16 (CDB), onde se espera que os países firmem o novo Quadro Global para a Biodiversidade para a próxima década. Com a expectativa de fazer bonito perante à OCDE, espera-se ver mudanças na atuação da delegação brasileira que até então estava tentando bloquear avanços e metas mais ambiciosas para o novo quadro.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Crise global de energia

Em 2021, a crise energética se espalhou mundo afora, com o preço internacional de petróleo, carvão e gás crescendo em 95%. O Reino Unido religou suas usinas a carvão, os preços da gasolina nos Estados Unidos atingiram US\$ 3 o galão, os apagões atingiram a China e a Índia e a questão do gás aqueceu o coração da disputa Rússia-Ucrânia.

Críticos se apressam em atribuir a crise à transição energética e acender polêmicas em torno da "inflação verde", isto é, de que as renováveis estariam por trás do aumento do custo ao consumidor. [Análise](#) do Carbon Brief mostra que quase 90% do aumento das contas de luz no Reino Unido no ano passado se deveu ao aumento do preço do gás, que mais que triplicou no mesmo período.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Crise global de energia

FATIH BIROL,
DIRETOR DA AGÊNCIA
INTERNACIONAL DE
ENERGIA (IEA), NO
[LINKEDIN](#). JAN/2022.



“Infelizmente, estamos mais uma vez vendo alegações de que a volatilidade nos mercados de gás e eletricidade é resultado da transição para energia limpa.

Essas afirmações são, no mínimo, enganosas. Esta não é uma crise de energias renováveis ou de energia limpa; esta é uma crise do mercado de gás natural.”

NO RADAR - INTERNACIONAL

Crise global de energia

Embora as flutuações do mercado de hoje não possam ser atribuídas às políticas climáticas, isso não significa que o caminho para as emissões líquidas zero será suave. Há um risco iminente de mais turbulência no mercado se o investimento em energia limpa não crescer o suficiente para atender à demanda. Segundo a IEA, é preciso triplicar o investimento globalmente até 2030 para colocar o mundo no caminho certo para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

No Brasil, a polêmica está sendo importada, agora com especialistas indicando erroneamente que, por aqui, nossa conta de luz muito mais cara poderia ser explicada pela entrada de mais energia renovável na matriz. Na verdade, os brasileiros estão pagando bandeira tarifária vermelha 2 em função de que as térmicas estão sendo ligadas para fazer frente à crise hídrica e aquecimento global. Como disse o especialista Gustavo Pinheiro à *Folha de S.Paulo*, "a nossa inflação é função de não completarmos a transição para baixo carbono, e não o contrário".

NO RADAR - INTERNACIONAL

OCDE

Após cinco anos do pedido formal do Brasil, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [aprovou](#) o início das negociações para o ingresso do país. Além do Brasil, outros cinco países foram convidados para iniciar as tratativas.

Em resposta, o presidente Jair Bolsonaro [emitiu carta](#) na qual afirma que “o Brasil está pronto para iniciar o processo de acesso à OCDE”. Entrar na organização é uma das ambições do atual governo e o coloca diante de suas próprias contradições.

O organismo impõe [aos postulantes](#) ao clube o comprometimento com a redução do desmatamento e a preservação da biodiversidade.

Em relatório publicado no ano passado, sem relação com a acessão, a OCDE [apontou fragilidades](#) na política ambiental brasileira. Assim, a perspectiva e a [pressão da sociedade civil](#) é de que o país deverá mudar o rumo da sua agenda ambiental. E esse processo não se concluirá sob a atual gestão.

Explicamos o processo e investigamos o assunto, já com resultados de uma avaliação realizada pela Talanoa sobre a OCDE, Brasil e meio ambiente, em live realizada em 2 de fevereiro. [Confira aqui](#).

União Europeia

A França assumiu a presidência rotativa do Conselho da UE em janeiro e anunciou que buscará:

1. fazer com que a reversão do desmatamento seja uma condicionante inegociável para entrada do Brasil na OCDE
2. negociar um acordo antecipado até o final de junho para adoção de um imposto de fronteira de carbono – uma taxa sobre bens importados de países cujos padrões ambientais são mais baixos, também conhecida pela sigla CBAM em inglês.

NO RADAR - INTERNACIONAL

União Europeia

Sobre OCDE, o jogo de entrada do Brasil envolve mais que a França e que a União Europeia. Mas é importante considerar o papel de veto que um membro pode exercer no processo de acesso de novos membros.

O sinal político do CBAM pode já estar tendo o efeito desejado, pois países como o Brasil e a Indonésia passaram a considerar a precificação doméstica do carbono como uma opção mais razoável do que a externa, sobre suas exportações. A própria consideração do PL 528/2021, do Dep. Marcelo Ramos, por parte de setores da indústria, antes muito refratários ao preço de carbono, revela que estes preferem ajudar a definir as regras do jogo domesticamente a serem submetidos a barreiras não tarifárias de fora.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Estados Unidos

Em decisão inédita, um juiz federal invalidou o [maior leilão de concessões offshore](#) de petróleo e gás natural da história do país, realizado no ano passado, alegando que o [governo não levou suficientemente em conta a crise climática](#).

Importante sinal é dado às empresas de petróleo e gás pela justiça norte-americana obrigando que os leilões fósseis incorporem as emissões derivadas do uso dos combustíveis.

Já a Casa Branca enfrenta dificuldade para avançar com legislação climática e isso pode levar a mudanças na sua administração.

O negociador climático número 2 do governo Biden, Jonathan Pershing, anunciou sua [saída do time de Kerry](#), gerando expectativas de mudança de equipe e talvez até do foco de Biden na agenda.

- Pershing foi um interlocutor importante do governo americano com atores brasileiros. Na COP26, por exemplo, ele se reuniu com 3 estados (ES, RS e MT) representando a coalizão Governadores pelo Clima.

Em tempo, em janeiro, Biden apontou uma nova Embaixadora para o posto em Brasília - [Elizabeth Bagley](#). Ela já trabalhou com John Kerry.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Caminho até a COP27

Em 27/1, houve reunião ministerial de alto nível do *Major Economies Forum (MEF)*, convocado pelos EUA para discutir alinhamentos entre governos na agenda climática. Quatro caminhos potenciais para colaboração foram discutidos no evento:

- que os membros do MEF considerem desenvolver **planos de ação nacionais de metano** até a COP27;
- que realizem um diálogo para identificar os **tipos de políticas domésticas** que podem empregar para **eliminar o desmatamento** das cadeias de fornecimento de commodities agrícolas;
- que estabeleçam uma **meta coletiva** para que a parcela da **nova capacidade de energia instalada** até 2030 seja fornecida por fontes de carbono zero; e
- que estabeleçam uma **meta coletiva** para que uma boa parcela das **vendas de novos veículos leves** até 2030 seja atendida com veículos de emissão zero.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Caminho até a COP27 (cont.)

O Brasil foi representado pelo MMA. Vale notar que o MAPA criou, em janeiro, grupos de trabalhos para discutir os 2 primeiros itens da lista apresentada no slide anterior, ainda que não exatamente com a mesma orientação.

De todo modo, o sinal de que **metano deve crescer como agenda** nas COPs e nas cobranças internacionais está cada vez mais forte.

E também que o fim do desmatamento é assunto doméstico não apenas para países detentores de florestas, como importadores de produtos agrícolas e florestais.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Convenção da Biodiversidade - CDB

Após quase dois anos de atraso, a CDB confirmou as reuniões preparatórias para a COP 16 entre 13 e 29 de março, presencialmente em Genebra. Delegações e observadores poderão também acompanhar virtualmente as sessões.

Serão realizadas as seguintes reuniões: 24^a Reunião do SBSTTA (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico), 3^a Reunião do SBI (Órgão Subsidiário de Implementação) e 3^a Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Quadro Global da Biodiversidade Post 2020 (WG2020 -3).

Quanto à própria COP16, prevista para março/2022, foi mais uma vez adiada, devido ao avanço da variante ômicron da COVID19. Ainda sem data confirmada, há uma previsão para que ocorra entre julho e setembro/2022.

O Secretariado divulgou o primeiro rascunho de uma nova estrutura global de biodiversidade, disponível em: <https://www.cbd.int/article/draft-1-global-biodiversity-framework>. O novo quadro prevê 21 metas e 10 'marcos' (milestones) propostos para 2030, a caminho de 'viver em harmonia com a natureza' até 2050.

AGENDA 2022 - nacional e internacional

- 1º de Fevereiro: Congresso Nacional - Início do ano parlamentar
- 28 de Fevereiro: IPCC - Publicação do Relatório do [Grupo II](#) (sobre impactos, adaptação e vulnerabilidade)
- 3 de março a 1º de abril: Eleições - janela partidária (troca de siglas sem perda de mandato)
- 13 a 29 de março: Reuniões preparatórias para a COP16 da CDB ([SBSTTA 24](#), [SBI 3](#) e [WG2020.3](#))
- 4 de Abril: IPCC - Publicação do Relatório do [Grupo III](#) (sobre mitigação)
- 5 de Abril: Eleições 2022 - Prazo final da desincompatibilização de candidatos que ocupam cargos públicos (incluído ministros e governadores)
- 2 a 3 de Junho: [Estocolmo +50](#)
- 6 a 16 de Junho: UNFCCC - Negociações intersessionais
- 23 de Junho - STF - Julgamento do caso do 'marco temporal' relativo a terras indígenas
- 26 a 28 de Junho: G7 - Cúpula
- 27 de Junho a 10 de Julho: [Oceano](#) - II Conferência da ONU
- Junho - [Diálogo SBSTA Ocean and Climate Change](#), Bonn, Alemanha
- 20 de julho a 5 de agosto: Eleições - convenções partidárias
- Julho a setembro: COP16 CDB em **Kunming, China** (ainda sem data definida)
- A partir de 16 de Agosto: Eleições - início da propaganda eleitoral
- 1 de Setembro: IPCC - [6o Relatório de Avaliação](#) (AR6 - consolidado)
- 13 a 20 de Setembro: 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque
- 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- 17 a 19 de Outubro: Rio+30 com foco em Cidades
- 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- 7 a 18 de Novembro - COP27 em Sharm El Sheik, Egito



Termos de uso

Esta análise é de uso público e gratuito. Pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Projeto Política Por Inteiro

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative